

Dimensão pedagógica da violência na formação do trabalhador amazonense



Marlene Ribeiro¹

Resumo

O artigo trata de uma experiência popular e movimentos sociais no Amazonas, no período de 1979 a 1987, tendo por objetivos os agricultores-pescadores e os operários metalúrgicos amazonenses. Focaliza a violência – mecanismo inerente ao capital enquanto relação social – na sua dimensão educativa de formação de sujeitos sociais. Registra mudanças na linguagem, nos costumes e no saber, ou na cultura construída sobre o mundo da produção rural cabocla, que cedem lugar a atitudes, linguagens e conteúdos, ou a uma cultura própria da moderna produção industrial. A pedagogia da violência dirigida contra os trabalhadores amazonenses faz-se pedagogia da autoformação de uma classe trabalhadora que, aos poucos, reconhece-se por sujeito da produção de bens e de história.

Palavras-chave

Trabalho e educação; violência cultural; cultura do trabalho.

¹ Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ex-professora da Universidade Federal do Amazonas (1980-1990).

Abstract

This article is about an experience concerned with popular education and social movement in Amazonas, during the period of 1979 to 1987, and which involved the amazonense fishermen-agricultural workers and metallurgists. It concentrates on violence – an inherent mechanism of capital as social relation – in its educative dimension of formation of social subjects. It registers changes in language, customs and knowledge or in the culture produced and based on the world of caboclo agricultural production, that are transformed into new attitudes, languages and meanings or into a culture of the modern industrial production. The pedagogy of violence directed against the amazonense workers turns into the pedagogy of the self-formation of a working class which recognizes itself as subjects of production of goods and history.

Keywords

Work and education; cultural violence; culture of work.

Introdução

A violência é hoje um tema incorporado ao nosso cotidiano pelas notícias de crimes aparentemente incompreensíveis cometidos por jovens, de saques motivados pela fome, de seqüestros, de exploração do trabalho e da sexualidade infantil, que quase nos acostumamos com ela. Nesse sentido, acusações de violência, desordem e ilegalidade, dirigidas às lutas dos trabalhadores sem-terra, de um lado, e a massificação das análises que “naturalizam” as desigualdades ao afirmar que na sociedade não há lugar para todos, de outro, estimulam-me a retomar este texto, parte da minha dissertação de mestrado escrita em 1987.² Sua atualidade e importância mostram-se pela necessidade de desocultar a violência que se acentua na produção

² Ver RIBEIRO, 1987, nas referências bibliográficas.

de um a “nova pobreza” decorrente do desemprego,³ violência esta cujo tratamento, muitas vezes restrito ao âmbito jurídico,⁴ oculta suas múltiplas faces. É preciso, penso, compreender a violência na sua raiz, enquanto produção da relação contraditória capital x trabalho, produção esta que assume uma dimensão pedagógica de formação do trabalhador para o capital e, ao mesmo tempo, contra o capital. Aqui se insere a minha contribuição neste estudo em que faço um recorte do processo do trabalhador amazonense.

Reflito sobre uma experiência de 8 anos com educação popular e movimentos sociais no Amazonas, no período de 1979 a 1987, tendo por sujeitos os agricultores-pescadores e os operários-metalúrgicos amazonenses. Focalizo a violência – mecanismo inerente ao capital enquanto relação social – na sua dimensão educativa de formação de sujeitos sociais – os trabalhadores – que buscam uma emancipação concreta. Entendo que as formas através das quais a classe trabalhadora se organiza e luta conferem conteúdo a esta realidade social. Estas formas, porém, são contraditórias, uma vez que as mesmas se contradizem no interior de relações onde se confrontam interesses antagônicos. De um lado, o capital organiza os trabalhadores para produzirem forças para impor. Ao controle interno da fábrica, alia-se o controle externo do exército industrial de reserva “liberado” da terra, dos instrumentos de trabalho e do salariato (CASTEL, 1998). De outro lado, a exploração mesma que atinge as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, responsáveis por um produto que é social, impõe a necessidade de organização, cujas estratégias de luta são caracterizadas por manifestações de violência, de desrespeito à lei e à ordem. A democracia representativa, sustentada pelo poder econômico e pelo poder ideológico dos meios de comunicação de massa, mascara a extrema violência com que se estabelece a relação capital x trabalho. Esta violência é agravada pelo fato de que o capital arranca novas máquinas-ferramentas eliminadoras de postos de trabalho, jogar aquela força de trabalho “liberada” à sua própria sorte. Ampliar o conhecimento sobre esse processo de constituição do trabalhador contribui para entender a violência sistemática imposta às classes trabalhadoras.

³ Exclusão ou eliminação do excedente de força de trabalho na 3.^a Revolução Industrial – qual o destino dos trabalhadores em um mundo governado pelo capitalismo neoliberal? Esta é a questão que se coloca FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

⁴ Ver CHAUI, Marilena. Uma ideologia perversa. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! Domingo, 14/3/1999, v. 5, p. 3.

Acumulação primitiva – chave teórica para análise da formação do trabalhador

A história dos trabalhadores europeus e brasileiros aponta para um movimento comum de expulsão de terra, perda dos instrumentos de trabalho e transformação do camponês em operário, muito embora este movimento possa assumir coloridos diversos de acordo com as condições históricas em que se efetua. Como interpretar este movimento, que é comum, sem perder de vista a sua especificidade no Brasil, especialmente no Amazonas? Começo pela sua origem concebida por Marx como *acumulação primitiva*, ou seja, *uma acumulação que não decorre do mundo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida* (MARX, 1982, p. 828). A acumulação primitiva, portanto, é onde se estabelecem as condições iniciais para a obtenção da mais-valia. Os meios de produção e sobrevivência em si não possuem valor de troca, não são ainda capital. Para isso, é preciso que sofram transformações que estabeleçam as relações básicas contraditórias entre forças produtivas e relações de produção, que, por sua vez, estarão fundadas na unidade dialética produção social/apropriação privada, ou seja, trabalho/capital.

A teoria clássica construída por Marx explica o processo que produz o assalariado e o capitalista, que tem suas raízes na sujeira do trabalhador (MARX, 1982, p. 831). Nessa teoria, expropriação e proletarização são momentos de um único processo, a chamada acumulação primitiva que teve sua gênese na Europa, quando a nobreza aliada à burguesia promoveu o cercamento das terras comuns e da Igreja Católica, expulsando camponeses e servos (MARX, 1982, p. 850).⁵ Não tendo sido criados postos de trabalho para toda essa força de trabalho liberada, *a legislação sanguinária contra os expropriados*, através das prisões, das torturas, dos enforcamentos e da compressão dos salários iria discipliná-la adequadamente para as relações de trabalho instauradas com o advento das indústrias (MARX, 1982, p. 854). Como transpor essa experiência dos trabalhadores europeus para interpretar o processo de expropriação/proletarização dos trabalhadores amazonenses, tendo o cuidado de não aplicar a teoria como se fosse uma camisa-de-força à realidade pesquisada?

⁵ Ver ainda KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense. v. I e II, 1972. FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Na contradição básica capital/trabalho encontra-se a resposta para esta realidade também contraditória, uma vez que a expansão do capital se efetiva através de dois movimentos excludentes: a atração e a repulsão dos trabalhadores em consequência da luta de classes. O capital expulsa o camponês da terra e o atrai para a fábrica, porque só a força de trabalho cria valor, portanto, só a apropriação do produto gera capital. Mas, na fábrica nem todos são aceitos, e mesmo os que ficam, rebelam-se, pondo em risco os lucros e a própria relação. Nesta luta situam-se os novos inventos que revolucionam os processos técnicos de produção, aumentando a força produtiva do trabalho e reduzindo o *tempo de trabalho necessário* para reproduzir o mesmo valor (MARX, 1982, p. 359 e s). Para manter as taxas médias de lucro ameaçadas constantemente pelas reivindicações de aumentos de salários e de benefícios sociais, o capital repele, ou desemprega, o mesmo trabalhador que atrai para si. É no interior desse movimento de atração/repulsão que acrescento um terceiro elemento à teoria clássica, como negação da negação, a organização dos trabalhadores que, lutando contra a relação que os vincula ao capital, constroem-se como classe.

Tem sido muito criticada a concepção marxista-leninista de classes sociais fundamentais.⁶ A leitura que faço do movimento contraditório de constituição do trabalhador para o capital e como classe está baseada em Marx e Engels, para quem a burguesia é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca (s/d, p. 6), da mesma forma que o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento (s/d, p. 6). Ainda nessa obra, os autores complementam: A princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente (MANIFESTO, p. 14).⁷

Estudioso do processo de formação da classe trabalhadora inglesa, Thompson faz uma crítica à direção que tomou o conceito *classe operária* a partir da implantação do comunismo na Rússia, afirmando que *é freqüente que a teoria preceda a*

⁶ Ver, entre outros, LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Publicações Escorpião, 1974.

⁷ Além do *Manifesto do Partido Comunista*, há outras obras de Marx em que aparece a questão das classes sociais, como MARX, Karl. *O dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte*, As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [s/d.], p. 93-285.

evidência histórica que se tem como objetivo teorizar. Este autor, retomando Marx e Engels, destaca que a luta de classes é inseparável da classe e que esta não fica pronta pela sua mera introdução nos processos de trabalho industriais; *a classe define a si mesma no seu efetivo acontecer*, envolvendo homens e mulheres que modelam suas experiências de luta em formas culturais (THOMPSON, 1979, p. 34).

Deste ângulo focalizo a classe que, não nascendo pronta, passa, como ocorreu com a burguesia, por um longo processo de aprendizado que é essencialmente de luta, que é essencialmente violento em todas as estratégias nas quais, conforme ressaltam Marx e Engels, procura quebrar a relação. Entendo, ainda, que este movimento gerado pela luta de classes tem um caráter pedagógico para ambas as classes. Como então fazer deste processo de modo a perceber a expropriação/proletarização/organização como instrumentos educativos para o capital e para a formação da classe operária?

Início pela caracterização do agricultor naquilo que o diferencia fundamentalmente do operário para captar o sentido de suas lutas. Despojado da terra e dos instrumentos de produção, o operário transforma-se em trabalhador coletivo no interior das fábricas, identificando-se com os companheiros nas condições de trabalho e nos salários que lhe são impostos. Porém o agricultor, ainda não transformado em operário, trabalha a terra utilizando seus próprios instrumentos, mantendo uma relação direta com o que produz enquanto matéria-prima. Suas relações com o capital se concentram no mercado, onde comparece sozinho ou, no máximo, com sua família, para levar seus produtos. Estes serão transformados em mercadorias mediadas pela mercadoria universal, o dinheiro, que lhes imporá um preço ou valor de troca, sem considerar o trabalho socialmente incorporado naqueles produtos, mas a “avaliação” do mercado determinada pelas leis do mercado.

Operário e agricultor participam do mercado capitalista com mercadorias diferentes. O primeiro só dispõe de sua força de trabalho para vender. O segundo apresenta-se no mercado com seus produtos transformados em mercadorias. Portanto, as condições materiais de exploração a que estão sujeitos é que irão determinar a consciência destes trabalhadores, por isso mesmo diferem as formas de ver a realidade que se constroem nas lutas operárias e camponesas, ambas de naturezas diversas. Martins (1982, p. 19) considera que o agricultor, mesmo envolvido

na exploração do capital, não se percebe por trabalhador coletivo, mas por trabalhador autônomo. A exploração atinge apenas os seus produtos transformados em mercadorias sujeitas ao mercado, cujas leis são impostas de fora e de cima. A impossibilidade de intervir nas leis que regulam o mercado não lhe permite também captar a radicalidade da exploração contida na contradição básica produção social/ apropriação privada. Mesmo aí onde é explorado, não consegue apreender o seu produto como social, ainda que sejam muitos os agricultores que comparecem ao mercado nas mesmas condições.

Ainda, segundo Marins (p. 15-19), o agricultor só tem possibilidade de constituir-se como classe no momento em que, expropriado da terra e dos instrumentos de trabalho, torna-se um *trabalhador livre* naquele sentido que é conferido por Marx, isto é, livre de sua terra e de seus instrumentos de produção e possuidor apenas de sua força de trabalho com a qual será obrigado a sujeitar-se ao regime de assalariamento. O autor está fundamentado em Marx, quando este diz que a transformação dos meios de produção em propriedade privada, “a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação constitui a pré-história do capital” (MARX, p. 880).

Todavia, Martins (1983) critica a postura ortodoxa que considera as lutas camponesas como um atraso na construção do socialismo enquanto dificultam a transformação do camponês em operário. Afirma que: “em tese e de modo muito geral este ponto de vista é correto. Ao mesmo tempo, reconhece que seria, entretanto, pura imbecilidade tentar convencer o camponês, que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, de que aceitar tal fato como uma contingência histórica” (MARTINS, p. 13).

Martins (1983) também destaca as peculiaridades das lutas dos posseiros e dos *sem-terra*, nas quais é questionada a legalidade da propriedade, pondo *em confronto o que é legítimo e o que é legal* (MARTINS, p. 95). O móvel destas lutas não é a exploração, muito embora ela esteja presente, mas é a necessidade da terra para trabalhar e viver. Ainda, segundo o autor, as lutas pela terra são profundamente radicais; diferem da história clássica em que as lutas eram episódicas, por manifestarem uma vitalidade e

organização que ultrapassa o momento de conquista da terra. É nesta luta que posseiros e *sem-terra* se descobrem vítimas de um sistema arbitrário e injusto.

Em obra posterior, Martins (1986) identifica, nas lutas camponesas, a emergência de novas concepções de *terra como um bem comum, de direito e justiça fundamentados no trabalho e não na propriedade privada*, que evidenciam o rompimento do *novo* no interior da velha estrutura da sociedade de classes.

Parto de questões levantadas por Martins, principalmente nessas duas últimas obras, para definir a compreensão teórica da realidade da expropriação/proletarização dos trabalhadores amazonenses, onde é possível observar a violência como método pedagógico de formação do trabalhador para o capital e como classe.

Contextualizando as lutas dos agricultores-pescadores amazonenses na dinâmica da sociedade brasileira, percebo um caráter de classe que atinge o cerne do capital, enquanto as lutas procuram destruir a propriedade privada e propor uma nova forma de uso e, conseqüentemente, uma nova concepção de terra. A despolitização do econômico pelo emprego de categorias estáticas, desencarnadas dos processos históricos nos quais se engendram, tem dificultado a compreensão do movimento camponês que escapa às interpretações teóricas tradicionais. Captar a dimensão educativa desse processo, que expropria o trabalhador de sua terra e de seus instrumentos de trabalho, que o transformam em operário e, que, ao mesmo tempo, obriga-o a organizar-se para destruir essa relação, põe a seguinte questão:

Como perceber, na violência com que o capital investe para expropriar/proletarizar camponeses e operários e na violência com que estes trabalhadores se organizam para romper a relação, a dimensão pedagógica de formação do trabalhador para o capital e do trabalhador como classe, sem perder de vista a contradição de tal relação e sem dissociar o móvel econômico, como determinante da luta de classes, do político, como referencial ideológico, cultural e de valores que o informa?

Vejo a luta pela posse da terra como uma luta específica dos trabalhadores brasileiros que vivem um determinado processo histórico diferente do que ocorreu na Europa, em que os trabalhadores eram autônomos, portanto, não se constituíam em relação com o capital. O trabalhador rural amazonense já está amarrado às

relações sociais de produção capitalista através do mercado. Procuo visualizar seu movimento por classe em formação; por classe que se faz na luta pela posse da terra e dos instrumentos de produção; pela comercialização de seus produtos e pela implantação de uma infra-estrutura que lhe ofereça condições de sobrevivência na terra, sob forma de hospitais, escolas, remédios, transportes, financiamentos, insumos, política de preços, etc. Nessas lutas alguns líderes são cooptados. Outros conseguem seus objetivos e abandonam a luta. Há aqueles que precisam fugir pelas ameaças constantes de mortes. Muitos morrem nos enfrentamentos e de doenças causadas pela miséria. Permanece o movimento fortalecido por levadas de migrantes e de trabalhadores expulsos por fazendeiros, grileiros, dívidas com bancos... Aos poucos vão se encontrando ao longo do caminho, no cotidiano da luta pela terra e pela sobrevivência.

Há uma dualidade no trabalhador rural que se manifesta na sua radicalidade quanto à luta pela terra e no seu conservadorismo quanto às relações de trabalho e quanto à aceitação das inovações tecnológicas.⁸ A observação pura e simples dessas condutas poderia levar a uma leitura deturpada de suas lutas, muito especialmente se privilegiarmos uma das faces de seu comportamento. É preciso ir à raiz desses comportamentos, às relações de expropriação/proletarização que geram a perda dos meios de produção, o assalariamento e a organização dos trabalhadores. Essas relações se fundam na contradição capital/trabalho, contradição esta que se reflete nas práticas sociais. O agricultor quer participar das instituições organizadas pelo capital, quer obter lucros, ser patrão. Porém, na luta que empreende para manter-se na terra e para vender seus produtos no mercado, percebe a existência de outros companheiros na mesma situação de exploração. Percebe também que o capital concentra a propriedade da terra e a riqueza produzida socialmente e não lhe permite espaço para a ampliação de seus ganhos, antes restringe e até destrói as oportunidades de reproduzir-se como agricultor. Esse é o processo histórico de longa duração, prenhe de contradições. A forma esquemática com que foi exposto tem por objetivo orientar a análise da realidade pesquisada, atentando, portanto, para o caráter dialético e histórico dos conceitos.

⁸ Lenin e Kautsky, ao analisarem a formação de um mercado na Rússia, o primeiro, e a questão agrária, o segundo, já apontavam essa dualidade do camponês. LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1982. São Paulo: Abril. KAUTSKY, 1972.

O processo de expropriação/proletarização/organização assume uma dimensão pedagógica ao instituir a relação trabalho x capital. Para o capital, enquanto “educa” a força de trabalho para produzir mais, em menor tempo, gerando índices de lucro. Para a classe trabalhadora, enquanto esta se organiza e luta para destruir as relações de expropriação/proletarização, obrigando o capital a redimensionar-se para manter-se e, ao mesmo tempo, construindo-se *classe para si*⁹ nesse processo.

O movimento gerado pela luta de classe entre trabalho e capital parece-me a situação privilegiada para captar a violência que marca o educativo do capital e da classe trabalhadora. Parto do pressuposto de que as relações engendradas pelo capital são sempre contraditórias. Neste caso, o agricultor-pescador amazonense é autônomo enquanto detém a posse da terra e dos instrumentos de trabalho, não é autônomo enquanto já está preso à relação com o mercado. Sua produção é determinada por este e valorizada pela troca e não pelo trabalho socialmente contido ou pelo valor de uso. A ausência do título de propriedade não lhe garante a permanência na terra limitando a sua autonomia. No entanto, por possuir a terra e os instrumentos de trabalho, o trabalhador ainda não está preso à relação, podendo, de certa forma, subverter a lógica do capital. Faz isso, organizando a sua jornada de trabalho e a sua produção de acordo com as necessidades familiares, sem preocupar-se em produzir um excedente, até porque a herança indígena fortalece o hábito da não acumulação. Além disso, com sua posse está negando a propriedade privada, fundamento do capital.

É a luta pela posse da terra e contra as condições que o esmagam e o empurram para a sujeição nas fábricas, que põe o agricultor frente a frente com o capital enquanto relação, forjando nele a consciência de que isolado será submetido e até assassinado, como já vem acontecendo. Esta luta para desvencilhar-se da relação vai subvertendo a concepção de propriedade privada pela sua negação – a posse – e engendrando novas relações que apontam para novas formas de organização da sociedade. “Percebo a posse coletiva como terceiro momento (negação da negação) da luta de classes em que se dá a superação da propriedade privada que é, por sua vez, a negação da propriedade individual autônoma” (RIBEIRO, 1987, p. 73). As lutas dos trabalhadores sem-terra parecem caminhar em direção a esse horizonte.

⁹ Ver MARX, Karl. *Miseria de la filosofía*. Moscú: Editorial Progreso, 1981. p. 141.

No Amazonas, condições geográficas acrescentam um dado importante para o entendimento do processo de expropriação/proletarização/organização. A Amazônia é uma imensa planície; as águas são presença viva e constante na vida dos caboclos; são suas estradas e fontes de alimentos. A exuberância da floresta não demonstra a pobreza do solo. Em vista disso, a sobrevivência do caboclo interiorano é garantida pela agricultura e complementada pela pesca.¹⁰ Na falta de carne bovina, porque o solo, o relevo e o clima não se prestam à pastagem, salvo em algumas regiões, e na falta de caça devido à depredação do meio ambiente, é o peixe que ainda garante o suprimento de proteína à alimentação do agricultor amazonense. Expropriação no Amazonas, portanto, refere-se não só a expulsão da terra, mas também dos rios, lagos, paranás e igarapés de onde o caboclo retira, através da pesca, o alimento necessário ao seu sustento e da sua família. Os rios estão sendo invadidos por barcos pesqueiros e as entradas dos lagos fechadas por seringalistas e fazendeiros, proprietários das terras que o margeiam, impedindo os agricultores-pescadores de pescar.

Supostamente despovoada, a Amazônia é objeto de projetos de ocupação e colonização justificados para a opinião pública como uma estratégia de integrar a região ao país, e de oferecer terra e trabalho para agricultores que perderam a terra (MARTINS, 1982; IANNI, 1979, 1981). A política oficial, entretanto, é desmascarada pelo fracasso dos projetos oficiais de colonização que têm um triplo objetivo: deslocar os conflitos das áreas mais tensas, desmobilizando os trabalhadores; ocupar áreas indígenas e posses de caboclos para a exploração mineral e garantir mão-de-obra barata para os projetos industriais e agropecuários.

Hoje, a expansão do capital, expulsando índios, posseiros, pequenos e médios proprietários, retirando-lhes as possibilidades de sobreviverem da agricultura, da caça e da pesca, efetua-se com o acirramento cada vez maior da contradição capital/trabalho, uma vez que não reproduz mercado de trabalho nas fazendas e indústrias para absorver pelo menos uma parte dessa força de trabalho “liberada” (MARTINS, 1982). Desta forma, o contínuo caminhar do agricultor expulso, em busca de sobrevivência nas grandes cidades, sem emprego, sem lugar fixo para morar e criar os filhos, enfrentando em toda a parte um inimigo comum que não lhe dá tréguas,

¹⁰ EMBRAPA. *O significado socioeconômico da pesca. 1.º Plano Indicativo de Pesquisa Agropecuária para o Estado do Amazonas – 1980-1985*. Manaus/AM, 1978.

é que lhe incute a compreensão de que não há saída. Com outros companheiros ocupa terras e as defende até a morte. É nesta luta pela posse da terra, que já vem ocorrendo em várias partes do país, que o trabalhador rural vai, aos poucos, construindo-se como classe e rompendo com a estrutura da propriedade privada. Nisto reside a diferença qualitativa das lutas dos trabalhadores rurais brasileiros, o que nos permite apreender a expropriação/proletarização/organização como um processo elementar de formação de força de trabalho para o capital e, ao mesmo tempo, do trabalhador como classe em luta contra o capital.

A compreensão das lutas dos operários brasileiros, por sua vez, deve ser inserida na compreensão mais ampla das lutas internacionais. É o contexto de classes que se pode compreender o avanço científico-tecnológico aplicado aos processos produtivos. A pressão dos trabalhadores organizados nos países centrais eleva os salários e os encargos sociais, alterando a composição orgânica do capital. Para manter as taxas médias de lucro o capital move-se em duas direções: a) emprega tecnologias sofisticadas que ampliam os níveis de apropriação pela concentração de postos de trabalho e pela dispensa de trabalhadores; b) desloca-se para regiões onde exista uma força de trabalho liberada, barata e abundante, com regimes autoritários que exerçam controle sobre as organizações operárias, que sejam condescendentes ao não-cumprimento das leis trabalhistas,¹¹ que ofereçam incentivos fiscais e que permitam o livre fluxo de capitais para o exterior.¹²

A divisão internacional do trabalho determina, com a criação da Zona Franca de Manaus, que, no Amazonas, seja implantado um modelo industrial artificial, porque não vinculado à produção primária, dependente de tecnologia e componentes importados. A abundância de terras determinará que a estratégia de proletarização, tal como no processo original, esteja articulada à expropriação da terra com a finalidade de “liberar” os trabalhadores para sujeitar-se ao trabalho nas indústrias. Antecedendo-

¹¹ A flexibilização e a precarização do trabalho, no Brasil, diferentemente dos países centrais em que políticas sociais do Estado de Bem-estar Social entram em crise no início dos anos 70, constituem-se a regra de uma seguridade social nos moldes em que foi conquistada na Europa.

¹² Este é o entendimento acerca dos objetivos de criação das Zonas de Livre Porto (ZLP), direcionadas para os interesses do capital internacional, que aparecem em documentos da United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), nos autores consultados. Sobre a Zona Franca de Manaus, ver ANCIÃES, Adolpho Wanderley da F. et al. *Avaliação da Zona Franca de Manaus*. Brasília: CNPq/CAT/NAEA, 1980. Fotocopiado; ARAÚJO, Nice Ypiranga Benevides. *O milagre dos manauaras: Zona Franca de Manaus*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985. Dissertação. Fotocopiado. Ver também publicações em Ribeiro (1987, p. 245-6, nota).

as, o comércio de importados inicia o trabalho de “atração” das populações interioranas para a capital, Manaus, em busca de melhores condições de vida, de escolas e empregos para os filhos [...]. Além das agências estatais que mascaram a tomada “pacífica” da terra, é criado do Distrito Agropecuário com incentivos à implantação de agroindústrias no município de Manaus.

O Distrito Industrial sujeita os trabalhadores liberados do campo. Aí onde o capital pretende obter índices de mais-valia que compensem a diminuição das taxas nas matrizes, irá pagar salários que nem preenchem as funções de subsistência, deixando de cumprir acordos de proteção ao trabalho e de assistência social. Para obter a sujeição dos trabalhadores a tais condições, as empresas precisam selecionar e educar o operário caboclo para que este produza segundo os fins determinados pelo capital. Faz isso. Não são propriamente os agricultores expulsos de suas terras os recrutados para trabalhar nas fábricas, mas seus filhos. Os operários estão na idade de 14 a 25 anos. Aí eles se submetem a uma série de normas para a produção que os reduzem a complementos de máquinas já obsoletas em países desenvolvidos, mas aqui no Brasil ainda respondem aos objetivos do capital, ou seja, prolongar o período de extração da mais-valia em função do capital investido na construção das máquinas.

Os números escritos no quadro para serem alcançados ao final de um dia de trabalho, irão determinar todo o comportamento dos operários, suas horas de trabalho, refeição e lazer, a posição de seus corpos diante das máquinas e até o número de filhos que devem ter.¹³ *Produzir mais em menos tempo* é uma norma que o operário deverá incorporar à sua alimentação, ao seu trabalho, à sua reprodução, ao seu lazer, à sua saúde, à sua instrução, à sua cultura, de modo a tornar-se um traço de sua personalidade. De maneira visível para o capital e invisível para o trabalhador, a constituição de uma subjetividade produtiva passa pela norma de produção entranhada nos corpos para fazê-los *dóceis*, confirmando estudos sobre a *disciplina* (ENGUITA, 1989), ou a constituição de um *bio-poder* (FOUCAULT, 1980 e 1984). Expropriação/proletarização/organização, portanto, são categorias históricas que

¹³ A introdução de novas tecnologias nos processos produtivos, como a robotização e a computação, convive ainda com a esteira taylorista no Distrito Industrial de Manaus.

permitem captar no movimento global da sociedade como se faz o trabalhador amazonense para e contra o capital. Nesse processo há uma dimensão pedagógica em que o capital procura impor suas “leis naturais” aos trabalhadores para formar o operário produtivo. O reverso desta posição mostra o educativo para o trabalhador, que se constrói como classe em uma práxis contraditória na qual, ao mesmo tempo em que produz para o lucro, luta contra o capital, subvertendo a sua racionalidade e tentando destruí-lo.

O capital usa estratégias para expropriar o agricultor/pescador amazonense desde quando se estabelece como relação, determinando de fora a produção do caboclo; ou quando não lhe dá condições para produzir e comercializar seus produtos; ou na figura do Estado quando gera a dependência dos insumos, da assistência técnica e do crédito, ou quando toma a terra do caboclo usando a violência física, o aparato policial, desrespeitando preceitos constitucionais ou, ainda, nos projetos de colonização em que coloca em confronto com o caboclo para que este se “eduque” na composição com outro trabalhador já expropriado (RIBEIRO, 1998).

São os filhos e filhas dos agricultores-pescadores que se tornam metalúrgicos nas multinacionais instaladas em Manaus. Para produzir segundo as exigências do capital internacional, os operários amazonenses serão submetidos à rigorosa disciplina. Costumes tradicionais provenientes da produção de tipo caboclo cedem lugar a um *ethos* direcionado para a produção lucrativa, imposto pelo arroubo salarial, pela extensão do exército de reserva e pelas péssimas condições de trabalho nas empresas e de vida nos bairros operários.

Agricultores e operários não são robôs. Organizam-se na luta pela posse da terra e de uma política adequada aos seus interesses, por benefícios sociais já conquistados pelos trabalhadores do Sul, pela autonomia de suas organizações, ou seja, contra as contradições a que são submetidos e que representam o próprio capital. Neste aproximar-se da classe em construção é possível perceber que a violência da expropriação/proletarização caracteriza a pedagogia do lucro, substituindo métodos primitivos de produção, como os que utilizados para produzir a alimentação básica do caboclo, o peixe e a farinha, por métodos altamente sofisticados, como o uso da esteira, do computador e do microscópio.

Nesse processo, a linguagem, os costumes, as crenças, o saber construído sobre o mundo da produção rural determinada pelas condições de exploração do capitalismo mercantil, vão cedendo lugar a comportamentos, atitudes, linguagens e conteúdos peculiares ao mundo da moderna produção industrial, que substitui a lentidão e a incerteza dos fenômenos naturais, próprios do trabalho agrícola, pela precisão do cronômetro embasado no conhecimento científico-tecnológico. Mas, na contramão desse movimento, a pedagogia da violência dirigida contra os trabalhadores, moldados em mercadorias do processo produtivo capitalista, transmuda-se em violência de autoformação do operário em direção a uma classe que aos poucos passa a reconhecer-se como sujeito de produção de bens e de história.

A dimensão pedagógica da violência na relação capital x trabalho

Despovoadas na concepção daqueles que vêem o desenvolvimento através das fábricas, das agroindústrias, das estradas, do trabalho mecanizado e, sobretudo, das cercas de *propriedade privada*, as terras do Amazonas são, ao mesmo tempo, obstáculos à sujeição do trabalho, como também apresentam um grande potencial econômico representado por seus recursos naturais. Por isso, a expansão do capitalismo exige o cumprimento de leis de trabalho. A propriedade e/ou posse familiar são obstáculos à transformação de uma economia baseada na subordinação mercantil, para a subsunção real do capital, fundamento da economia planejada (MARX, 1985). A subordinação real efetuar-se-á pelo aproveitamento da força de trabalho potencial expulsa da terra para ser transformada no operariado do Distrito Industrial de Manaus.

A passagem do velho individualismo econômico, caracterizado pela subordinação mercantil, para uma economia programada, que emprega tecnologias sofisticadas, ocorre sob a extrema violência das classes para manter/destruir a relação que as vincula. Essa luta tem um caráter educativo para as classes enquanto estas refazem suas estratégias de confronto em função das perdas e conquistas que vão obtendo ao longo do processo. Decorrente desta racionalização da economia, a

expropriação/proletarização no Amazonas se apresenta como uma situação privilegiada para captar a dimensão pedagógica do processo que transforma trabalhadores muito próximos dos povos chamados “primitivos”, pela cultura indígena da qual são herdeiros diretos, em operários montadores de sofisticados aparelhos eletroeletrônicos.

Modificações que ocorrem na organização do trabalho vão se refletir nas concepções, costumes e crenças dos trabalhadores. Para o agricultor-pescador a concepção de vida confunde-se com sobrevivência e trabalho porque este tem por objetivo único a manutenção da vida. O trabalho do agricultor-pescador, determinado tanto pelas condições materiais em que produz peixe e farinha com métodos artesanais quanto pela apropriação de seus produtos por *regatões*,¹⁴ está sendo substituído pela agricultura intensiva, exploração racional da madeira e do minério. A mudança que se processa na produção material de bens de sobrevivência para bens de consumo é caracterizada pela introdução de novas culturas, instrumentos e métodos de cultivo. Silvicultura, guaraná, cacau, dendê, cítricos e pesca, que se utilizam de pesquisas, insumos, instrumentos aperfeiçoados, financiamentos, redes e frigoríficos substituem o peixe e a farinha que historicamente se constituíam como alimento básico dos caboclos amazonenses, derivados da pesca e do plantio da mandioca.

As diferenças nas concepções de vida e de trabalho, definidas em função das alterações que se processam na estrutura produtiva baseada no trabalho familiar, que muda para trabalho assalariado, podem ser visualizadas com maior nitidez nos projetos de colonização, onde entram em conflito o caboclo, subordinado ao capital mercantil, com relativa autonomia sobre a sua produção, e o colono, já expropriado e submetido formalmente ao capital financeiro sob controle do Estado.¹⁵ Para o colono, que perdeu a terra no Paraná, sua região de origem, que precisa pagar o empréstimo bancário e a sua parcela de terra, *não interessa mais produzir a vida*, mas produzir o lucro, o excedente. Para o caboclo, o colono é *ganancioso porque trabalha para enricar*. Separados pela cerca da propriedade privada, vão aos poucos descobrindo que são iguais nas condições de exploração a que estão submetidos.¹⁶

¹⁴ *Regatões* são comerciantes que percorrem o interior em barcos, trocando produtos *in natura* por produtos industrializados, estes sobrevalorizados em relação àqueles. Ver TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal: estudos sobre a produção da borracha na Amazônia*. São Paulo: USP. Dissertação, 1980.

¹⁵ Sobre o confronto entre a produção e a cultura do agricultor caboclo e do agricultor colono, ver RIBEIRO, 1998.

¹⁶ Em Novo Aripuanã, no Projeto Esperança, caboclos foram expulsos das posses que ocupavam há mais de 10 anos, sendo essas terras demarcadas para a instalação de colonos provenientes do Paraná (RIBEIRO, 1987, p. 221-231).

Essas mudanças que se dão na matriz material de produção encarregam-se de destruir/gerar antigas/novas concepções, costumes e instituições. A *troca* de matérias-primas por produtos industrializados entre os trabalhadores rurais e os regatões vai perdendo espaço para o comércio de *compra e venda*, em que aqueles trabalhadores começam a ver seus produtos como mercadorias e a exigir o pagamento em dinheiro.

A terra é abundante, porém o solo é pobre o que estimula a continuidade do nomadismo indígena, em que os agricultores-pescadores deslocam as lavouras sempre que o solo se esgota, por isso mesmo não se preocupam em obter títulos de propriedade. A posse ainda se confunde com a propriedade da terra percebida como meio de produção e de vida. A introdução das cercas da propriedade privada realça a validade dos títulos, bem como coloca para o caboclo a noção de terra-mercadoria, entendida no capitalismo como um valor monetário (MARX, 1983) que contrapõe *à terra de trabalho a terra de negócio* (MARTINS, 1982).

A alimentação determinada pela natureza (peixe e caça) e pelos hábitos culturais (frutas e produtos derivados da macaxeira) diversifica-se com a introdução do macarrão, de enlatados e da pequena criação (galinhas e porcos), como alternativas para a falta de carne bovina, para a escassez de peixe e de caça. Nas fábricas, a quebra do binômio peixe com farinha, que enfrenta a resistência constante dos operários, têm dois objetivos ainda mais específicos. O tempo, como fator preponderante na produção, condiciona refeições que possam ser ingeridas mais rapidamente, que exigem menor consumo de água após a ingestão para não romper o trabalho e que evitem o sono e a fadiga após o almoço.

A diminuição das áreas de terras dos posseiros minifundistas determina também a diminuição do tamanho da família. Agricultores têm famílias numerosas que garantem força de trabalho para o cultivo da terra e a produção da farinha. O processo de expropriação/proletarização está pondo para os agricultores-pescadores a questão do planejamento familiar pela preocupação com o futuro dos filhos, uma vez que não há terras para dividir. O uso da telha no lugar da palha do buriti, que vem rareando, e a introdução dos aparelhos eletroeletrônicos vão modificando os hábitos culturais relativos à construção das casas e à organização das atividades de lazer, respectivamente.



As mudanças que se processam na organização do trabalho são determinadas pelo propósito do capital de racionalizar a produção agrícola, extrativa e industrial na região, e que, para tanto, precisa ensinar ao caboclo as normas da produção intensiva. Usar sementes selecionadas, adubos químicos e instrumentos técnicos (grupos geradores e motosserras); investir em culturas que obtenham maior rendimento; analisar a fertilidade do solo para identificar as maiores possibilidades de aproveitamento do mesmo, são alguns dos objetivos desta proposta “educativa” cuja metodologia e conteúdos caracterizam-se pela violência e crueldade com que são impostos os novos valores aos expropriados/proletarizados.¹⁷

O capital estabelece e mantém suas normas fundadas nas relações de exploração pelo *consenso*, criando mecanismos que as justifiquem para torná-las “aceitáveis”, e pela *coerção*, quando os primeiros já não surtem efeito ou começam a ser desmascarados. A multiplicação das agências estatais responsáveis pelos financiamentos, pesquisas, assistência técnica e social, legislação, registro e controle de terras e águas preenchem a primeira função. Tais agências disfarçam a violência da destruição de modos de produção primitivos e da implantação da produção tecnológica planificada. Essa produção molda o trabalhador, inculcando, não só as novas regras do plantar/colher, do comprar/vender, mas também os novos valores que deverão ser incorporados como padrões de comportamentos produtivos pelos trabalhadores.

Há casos em que a violência direta não se faz necessária, pois a falta de condições para produzir e as ofertas de compra de terras por parte dos fazendeiros fazem da expulsão em acontecimento anônimo, tranquilo e limpo. Mas nem sempre é assim. Cada vez mais as máquinas das prefeituras, as carabinas da polícia e dos jagunços, os *papéis* mandados pelos juizes, através dos oficiais de *Justiça*, coagem o agricultor-pescador a tornar-se um *novo homem*, trocando sua terra, enxada e terçado pelo salário que talvez lhe dê o direito de usar instrumentos mais sofisticados, mas que não lhe pertencem.

A luta apresenta também uma dimensão educativa para o trabalhador que se vai fazendo classe nesse processo. Os primeiros atos de resistência dos trabalhadores rurais às mudanças introduzidas pelo estabelecimento de novas forças produtivas

¹⁷ Ver *Expropriação disfarçada: as agências educativas do capital* (RIBEIRO, 1987, p. 128).

vão no sentido de tentar ampliar a sua terra, os seus ganhos, e até de formar um capital pela aquisição de máquinas, barcos e contratação de outros trabalhadores, bem poucos conseguem atingir este estágio, diferenciando-se dos companheiros. Uma grande maioria, pressionada pelas exigências do capital que quer fazê-los *peões*, ocupa espaços na Igreja participando de linhas pastorais de cunho popular. Em alguns casos, a organização da comunidade em defesa da posse da terra não conta nem com a Igreja nem com a presença do sindicato. É a luta extrema pela sobrevivência, pois os posseiros sabem que não têm para onde correr.

As práticas dos sindicatos de trabalhadores rurais amazonenses, que começam a ser criados em 1972, têm-se caracterizado pelo assistencialismo e pelos impostos pela legislação aos seus órgãos de classe.¹⁸ A premência da luta pela terra, que marca o processo de formação do agricultor como classe, vai burlar o controle exercido pelas agências estatais que imprimem a organização do trabalho para o capital, como também vai romper com os limites das instituições que os trabalhadores procuram para organizar-se: Igreja e sindicatos. Na Igreja são introduzidos temas de conteúdo eminentemente político, produzindo-se reflexões sobre as práticas dos trabalhadores na luta pela posse da terra, que os orientam para a ocupação de terras e para a participação sindical e partidária. Nos conflitos, onde a situação se radicaliza, porque não há terras para onde os agricultores possam deslocar suas roças, o sindicato começa a superar a característica assistencialista e de dependência do Estado, assumindo a liderança e encaminhando as propostas dos trabalhadores. Nesse processo são geradas, além de uma nova concepção de sindicalismo construída na luta, formas alternativas de organização autogeridas pelos trabalhadores, como as associações, as feiras e as cantinas comunitárias.

A concepção de terra também vai sofrer alterações que apontam para novas formas de propriedade e uso coletivo do solo como meio de produção e de vida, uma vez que os conflitos vão mostrando aos trabalhadores a necessidade de permanecerem juntos. Mesmo assim, a dualidade do camponês como proprietário/trabalhador faz com que as suas organizações, que em determinados momentos assumem maior radicalidade em relação às lutas dos operários, caminhem mais devagar e sejam muito frágeis aos métodos desagregados utilizados pela pedagogia do capital através de suas agências educativas.

¹⁸ Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amazonas (FETAGRI/AM) e Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

O processo de expropriação/proletarização vai atingir um número significativo de agricultores-pescadores, cujos filhos irão trabalhar como montadores de aparelhos eletroeletrônicos no Distrito Industrial de Manaus. Nas fábricas, a imposição de um novo *ethos* aos filhos dos agricultores-pescadores funda-se nas transformações resultantes da implantação do modo capitalista de produção plenamente desenvolvido, que tomará o lugar da subordinação dos agricultores ao capital mercantil, construindo-se, a partir da prática, a concepção de *trabalho assalariado* que substitui a de trabalho autônomo. O tempo da máquina irá determinar a disciplina direcionada para a produção da mais-valia sobre a qual se organizarão o transporte, a alimentação, os hábitos, a sexualidade, o lazer, a doença e a escola. No lugar dos dias e noites, dos meses, das cheias e vazantes do rio Amazonas, que determinam o plantio, a colheita e a festa; das estações inverno/verão, que duram cada seis meses, é posto o cronômetro que elimina a lentidão própria da natureza, o desperdício de matérias-primas e de movimentos. O tempo natural é substituído pelo tempo tecnológico, medido em minutos e segundos e inscrito nas esteiras, nas calhas onde são colocados os instrumentos, na posição dos corpos, determinando o movimento dos braços, mãos, olhos presos aos alicates, à solda, aos microscópios, às cores dos fios elétricos..

O agricultor não tem móveis; come de pé ou sentado no chão; usa apenas a colher (vínculo com o remo, o barco e o rio) ou mãos; a sua principal refeição é pela manhã, antes de sair para a roça ou para a pesca. Nas fábricas, o operário, filho do agricultor, aprende a entrar em fila, a comer em intervalos regulares, a usar talheres, a sentar à mesa e a comer muito mais rápido. O barco a remo, usado no interior, é substituído na cidade pelo transporte coletivo (ônibus) fretado pelas empresas, mais rápido e eficiente para eliminar atrasos e quebrar o hábito de não trabalhar em dia de chuva, próprio do modo de vida rural. Perdem-se as habilidades de caçar, pescar, plantar, ralar e torrar a mandioca e aprende-se a montagem do *kit* eletrônico.

A cultura indígena é identificada não só nos hábitos alimentares de construção da casa e nos instrumentos da caça, como também na manifestação da sexualidade. A miscigenação de nordestinos, que migraram para trabalhar na borracha, com índias, criou uma forma peculiar de sexualidade que não perde o caráter repressivo,

porém se expressa com maior liberdade, sendo marcada pelo afetivo em detrimento do que a cultura ocidental caracteriza como moral. Há uma lenda do boto, em que é possível perceber a síntese das culturas indígenas e européias, na interpretação que é dada à gravidez de uma moça solteira. Nas fábricas, empresários e gerentes vindos geralmente da Região Sudeste, caracterizam o comportamento feminino como tendendo à *prostituição*, não a partir de critérios culturais ou morais, como à primeira vista poderia parecer, mas estritamente econômicos, uma vez que as formas mais livres com que forma de fadigas, faltas, atrasos, licenças médicas e de gestante. Por isso, é preciso difundir a concepção de *imoral* ao comportamento das operárias caboclas, imprimindo a moral burguesa do “recato” feminino através de prescrições sobre o uso de roupas, proibições de relações com chefias, ou disciplinando o comportamento sexual dos jovens trabalhadores pelo controle da natalidade, pelas demissões após a licença-gestante, pela falta de creches, o que não impede que gerentes, supervisores e encarregados tirem proveitos de operárias que trabalham sob suas ordens. A sexualidade dos operários passa a ser rigorosamente controlada, tendo em vista a disciplina da linha de montagem que não pode parar.²⁰

Paralelamente à questão da sexualidade, observa-se a disciplina do lazer, que passa a ser organizado pelo Serviço Social, ou Comunicação Social da empresa, ou pelo Serviço Social da Indústria (SESI), tendo por objetivo disciplinar as diversões operárias dentro dos padrões de produção, controlando especialmente o horário, a duração, a espécie de atividade e o consumo de bebidas. Visa também desmobilizar a frequência às atividades sindicais que afetem a produtividade, pondo em questão as próprias relações sociais de produção devido ao trabalho político desenvolvido pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Até a questão da saúde/doença é organizada pela disciplina da produção, visando classificar e manter o operário produtivo, extraindo dele o máximo de possibilidades de mais-valia.²¹

²⁰ Nas indústrias montadoras a força de trabalho é predominantemente feminina, o que é justificado com a afirmação de que as mulheres são mais ágeis e pacientes para lidar com aparelhos minúsculos na montagem do *kit*. A resposta marcou o critério econômico que determina a seleção das mulheres por serem mais “dóceis”, morarem com os pais e, por isso, aceitarem salários inferiores aos que são pagos aos operários (RIBEIRO, 1987, p. 240-242).

²¹ O tempo tecnicamente comprovado de “vida útil” de uma montadora é bastante curto, ou seja, constata-se que a partir do 3.º ou 4.º ano consecutivo no desempenho das tarefas de montadora, a produtividade da operária decresce. Ver SPLINDEL, Cheywa Rojza. *Formação de um novo proletariado*. As operárias do Distrito Industrial de Manaus. São Paulo: IDRC/FAPESP/IDESP, jan./1987. Fotocopiada.

Por fim, a escola, onde se supõe que os operários deveriam receber uma formação científico-tecnológica, desempenha dupla função. Uma, como socializadora de hábitos, atitudes e habilidades afinadas com a disposição do corpo e com a distribuição do tempo na linha de montagem; outra, como classificadora e hierarquizadora do valor da força de trabalho (ENGUITA, 1989). Para o trabalhador rural amazonense, a escola é a terra, das estações, das cheias e vazantes do rio, das características do solo, das sementes, da desova dos peixes [...] Seus filhos freqüentam a escola da sede do município durante as cheias, quando não há outra coisa a fazer senão esperar que as águas baixem para iniciar o plantio. Para as fábricas, no entanto, a escola é importante como inculcadora da disciplina que se expressa na obediência aos horários, na concentração da atenção, no domínio das necessidades fisiológicas, na freqüência e na permanência do corpo em uma mesma posição durante longos períodos de tempo. Esta importância cresce em função da idade-limite para o ingresso nas fábricas, dos 14 aos 25 anos. Os padrões de comportamento incorporados através da disciplina escolar influem para que o operário atinja mais rapidamente os patamares de produção e os critérios de qualidade determinados pelas previsões de lucro estabelecidas pelas empresas. Quanto à segunda função, a escolaridade constitui-se em critério de classificação de funções e salários, não importando a qualidade da formação escolar recebida.

As formas através das quais o capital imprime o caráter do operário são brutais, uma vez que, sobre a destruição de processos primitivos de produção agrícola, estabelecem métodos refinados de montagem de sofisticados aparelhos eletroeletrônicos, como televisores, calculadoras, computadores, videocassetes, aparelhos de som, telefones, condicionadores de ar, ventiladores. Esta mudança, que ocorre na matriz material de produção, destrói hábitos, habilidades e comportamentos reproduzidos há séculos pelas práticas culturais de sobrevivência e pela tradição oral, e formula novas concepções de trabalho, de tempo, de vida e de crença.

A violência com que o capital impõe às práticas dos trabalhadores a sua concepção de mundo, de humanidade e de economia explica-se pela violência com que os operários resistem ao estabelecimento da relação capitalista de reprodução. É na luta para não ser roubados, subjugados e consumidos que os operários vão se descobrindo enquanto tais. No início, através de atitudes individuais de rebeldia. Os

pedidos de demissão justificados pelos *maus-tratos e gritos* dos chefes imediatos; o sentir vergonha de ser operário(a); o absenteísmo; a doença mental e até o suicídio são formas individuais, espontâneas e ainda de rejeição de produção a que são submetidos os operários. Esses comportamentos iniciais irrefletidos vão evoluindo para formas coletivas não organizadas de resistência, que se expressam em lutas por reivindicações concretas. São as *guerras de pratos* contra a comida podre, são as paralisações internas contra o trabalho em altas temperaturas sem ventiladores ou condicionadores de ar, contra o fechamento do vestiário feminino, contra a falta de água gelada, contra a retirada da farinha do cardápio [...].

Aos poucos, os operários passam a ocupar espaços na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Descobrimo que esta instância é patronal, os operários procuram organizar-se fora da fábrica. Seguindo a tradição religiosa interiorana do trabalho comunitário, procuram a Igreja e fundam a Pastoral Operária, onde irão articular a organização externa com a organização interna dos grupos de fábrica. Reflexões produzidas sobre as práticas mostram aos operários os limites da organização eclesial que os faz partir para a conquista do seu sindicato, organizando Oposição Sindical Metalúrgica Puxirum, eleita em 1984, cuja linha de ação foi mantida em 1986. A partir daí, sob a orientação do sindicato, são organizados os grupos de fábricas que mobilizam e sustentam as duas greves gerais, a de 1985, primeira da categoria metalúrgica, e a de 1986. Vale ressaltar a participação e a solidariedade de diferentes categorias de trabalhadores à primeira greve metalúrgica de Manaus. Apesar das conquistas obtidas, os sindicalistas têm enfrentado inúmeros problemas, que vão do seu despreparo para administrar a burocracia sindical, às questões referentes à segurança e à disciplina na organização dos grupos de fábricas, e às campanhas salariais, além de divergências de cunho político-ideológico no encaminhamento das lutas.

Este foi o estágio possível, dentro de um determinado contexto de movimentos sociais em nível nacional, de amadurecimento da categoria metalúrgica, referência para as demais categorias de trabalhadores amazonenses. Em menos de 20 anos de criação do Distrito Industrial de Manaus, a categoria metalúrgica transpôs séculos de história de formação do proletariado internacional. Arrancada do interior de culturas autenticamente rurais, com fortes traços indígenas, começa a formar-se

uma classe operária moderna que acompanha o movimento dos trabalhadores nacionais e internacionais e que inova nas suas estratégias de enfrentamento do capital. Suas práticas evidenciam a construção de concepções de solidariedade de classe, de um sindicalismo independente do Estado e de partidos políticos como instrumentos de luta da classe trabalhadora. Mas essas mesmas práticas são contraditórias e começam a apresentar limites, referidos, tanto ao esgotamento da estrutura sindical quanto à conjuntura de desemprego, em que a redução dos postos de trabalho e do número de sindicalizados aplasta o movimento sindical. Apesar do limites da luta sindical, compreendidos dentro do pacto que representou o Estado social, vejo como importante o aprendizado histórico efetuado pelos operários metalúrgicos, embora reconheça que hoje o contingente de trabalhadores desempregados enfrenta o desafio de superar o campo institucional, tanto sindical quanto partidário, como arena de luta.

Considerações finais

Esse recorte da história da transformação do trabalhador rural em operário, no Amazonas, está circunscrito a um período histórico – do final dos anos 70 ao final dos anos 80. É marcado, neste Estado, pelo crescimento das indústrias da Zona Franca de Manaus e, no país, pela reabertura política conquistada pela força dos movimentos sociais, em que se destacam as grandes greves metalúrgicas do ABC paulista.

Os movimentos sociais, entre os quais o sindicalismo, enfrentam questões relacionadas à estrutura sindical e ao desemprego estrutural e tecnológico, questões essas relacionadas ao esgotamento do salarido e do modelo de sindicato a ele vinculado. Sendo assim, pergunto-me: Teria o estudo da expropriação/proletarização ultrapassado seu tempo de comunicar sentido, quando o desemprego estrutural e tecnológico aliado à destruição do Estado social, privilegia a repulsão da força de trabalho proletarizada? Não seria hoje a exclusão da relação – que concentra capital e expulsa trabalho –, disfarçada pelo nome de desemprego, uma violência ainda maior enquanto elimina a possibilidade aos processos produtivos concentram capital e expõem trabalho. Então, o que pode ser mais violento, a expropriação da terra para criar a relação em que o capital sujeita e explora a força de trabalho, ou a

eliminação desta força de trabalho explorada de seu vínculo contraditório com o capital, que pode significar a morte? Pode a substituição do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto” significar uma via para a emancipação do trabalhador?

Essa é uma questão central para a compreensão da violência sobre a qual se sustenta a relação capital x trabalho e das formas de superá-la. Será que o trabalhador consegue estar “livre” sem as mínimas condições de sobrevivência, quando todas as possibilidades de vida estão sujeitadas, exploradas e concentradas pelo capital? Ou será que a exclusão da relação no processo produtivo sob a forma do desemprego é a face oculta da queima do excesso da mercadoria, força de trabalho que, em outras épocas e situações, tem sido destruída por leis de vadiagem, enforcamentos, guerras, fome, miséria, queima de barracos, catástrofes e epidemias que, “preferencialmente”, atingem os pobres?

Penso que desnudar a violência do capital na sua gênese, retratada na concretude e na singularidade do processo de expropriação/proletarização/organização do trabalhador amazonense, ainda forneça elementos para contrapor ao capitalismo como via única que o neoliberalismo tenta-nos impingir. Ao mesmo tempo, realimenta aqueles princípios constituintes de uma sociedade democrática e solidária, cuja defesa, mesmo nos momentos mais adversos, como afirma Perry Anderson (1995), não podemos transigir. A revisão do processo histórico de expropriação/proletarização, tendo por referência um caso concreto, que reconta com novas palavras a velha e conhecida história da formação dos trabalhadores europeus e brasileiros, expõe inúmeras questões para refletir. O trabalho obscurecido pelo problema do desemprego, o esvaziamento dos movimentos sociais e organizações sindicais tradicionais são questões que não estamos sendo capazes de enxergar, presos que ainda estamos aos velhos modelos institucionalizados de organização dos trabalhadores.

Referências

ANDERSON, Perry. Além do neoliberalismo. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo (Org). *Pós-Neoliberalismo*. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 197-205.

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *A luta pela terra*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de S. *Expropriação e violência*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *A militarização da questão agrária*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, Karl. *O capital*. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. Livro 1. v. 1 e 2.
- _____. Conversão do lucro suplementar em renda fundiária. In: *O capital*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983, Livro 3. v. 6.
- _____. *O capital*. São Paulo: Moraes, 1983. Cap. 6.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega [s/d.], p. 13-47. v. 1.
- PINTO, Renan Freitas. *Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PPGCS/UFRGS, 1980.
- RIBEIRO, Marlene. *De seringueiro a agricultor/pescador a operário/metalúrgico. Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- _____. Migrante brasileiro: construindo a história, a vida e a palavra. *Sociedade em debate*, v. 4, n. 3, nov./1998, p. 37-64.
- THOMPSON, Edward P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.